

Guilherme de Ockham e os poderes causais das cognições intuitivas

Rodrigo Guerizoli
PPGLM/UFRJ/CNPq*

Dentre os dados que podemos tomar como bem estabelecidos pela tão abundante quanto dissonante literatura sobre a teoria ockhamiana da cognição intuitiva encontra-se a convicção de que convém a tal espécie de *cognitio*, ou *notitia*, um certo poder causal, atrelado ao modo como se descreve o processo de construção do conhecimento humano. Mas uma delimitação exata de tal capacidade causal não está isenta de dificuldades. Ockham, sabe-se bem, afasta-se da perspectiva assumida por Duns Scotus sobre a *cognitio intuitiva* e registrada, por exemplo, em suas notas aos dois primeiros livros das *Sentenças*, a chamada *Lectura*:

(...) deve-se saber que pode ocorrer no intelecto uma dupla cognição e intelecção. Pode se encontrar no intelecto, a saber, uma intelecção tal que abstrai de toda existência, e uma outra intelecção pode haver da coisa que está presente em sua existência.¹

O primeiro tipo de cognição, que “abstrai de toda existência”, Scotus chama de *abstrativa*; já uma cognição do segundo tipo, pelo qual se apreende, “em sua existência”, algo “que está

* Pesquisa realizada com o apoio PRONEX/FAPERJ/CNPq-Predicação e Existência (E-26/110.565/2010).

1 Johannes Duns Scotus 1982, 321 [*Lec. II, d. 3, p. 2, q. 2, n. 285*]: “(...) *sciendum est quod in intellectu potest esse duplex cognitio et intellectio, nam una intellectio potest esse in intellectu prout abstrahit ab omni exsistentia, – alia intellectio potest esse rei secundum quod praesens est in exsistentia sua*”. Para uma reconstrução cronológica da cognição intuitiva na obra de Scotus cf. Wolter 1990; para o *status quaestionis* atual do debate sobre o tema cf. Hause 2014, 325-365. Clássico sobre o tema permanece Day 1947.

presente”, tem por nome *intuitiva*. Não pretendo entrar nos meandros do papel desempenhado por essa distinção no pensamento de Scotus. Meu propósito por ora restringe-se em sublinhar a estreita relação traçada entre intuição e existência ou, mais precisamente, entre *cognitio intuitiva* e juízos existenciais *positivos*, deixando de lado a questão sobre se tal relação é ou não consequência de uma aplicação, por analogia, à doutrina da intuição do mecanismo que rege o funcionamento das faculdades sensíveis, sobretudo da visão. Independentemente do modo como a questão se resolve em Scotus, para Ockham tal relação de implicação, a saber, se *cognitio intuitiva* então juízo existencial positivo, vê-se posta em xeque. Mas esse movimento não implica em um abandono da ideia de que à *cognitio intuitiva* se associa um poder causal. Antes, encontramos em Ockham um esforço de *redescrição* daquele poder, pelo qual se busca alcançar a correta identificação de seus efeitos.

No que segue eu gostaria de, em grandes linhas e seguindo os dados que compõem a cronologia-padrão dos escritos ockhamianos, recuperar algumas camadas dessa *redescrição* dos poderes causais associados à noção de *cognitio intuitiva* operada pelo *Venerabilis Inceptor*. O que anima uma tal empreitada é a hipótese de que há nuances tão sutis quanto decisivas nas formulações oferecidas por Ockham sobre o poder causal da *cognitio intuitiva* que, se claramente identificadas, podem prover elementos para uma interpretação acurada do sentido e, sobretudo, dos motivos de sua posição madura sobre o tema – posição à qual as gerações posteriores aderiram ou, mais frequentemente, como sabemos, reagiram.²

Tomando como ponto de partida o texto da *Reportatio*, que remete aos anos 1317-18, e debruçando-me sobre as questões 12 e 13 do segundo livro, começo por uma formulação geral da distinção ockhamiana entre cognição intuitiva e cognição abstrativa:

(...) a cognição intuitiva é aquela pela qual reconheço que uma coisa existe quando existe, e que não existe quando não existe. Em contrapartida, a cognição abstrativa é aquela pela qual não julgamos que uma coisa existe quando existe, nem que não existe quando não existe.³

2 Cf. Tachau 1988, Karger 2004 e Courtenay 2008.

3 Guillelmus de Ockham 1981, 261 [*Rep.* II, q. 12-13]:“(…) *cognitio intuitiva est illa per quam cognosco rem*

Creio que há consenso entre os estudiosos com respeito à legitimidade de se ler tal formulação como passível de ser estendida às fases subsequentes do pensamento ockhamiano. Seria enfadonho confirmar aqui tal fato, fazendo desfilar uma série de expressões análogas encontráveis em diferentes obras, de diferentes períodos. Mais interessante é tentar esclarecer o que de antemão se decide e o que fica em aberto uma vez que se aceita a canonicidade do trecho.⁴

Demarcada fica a diferença entre Ockham e Scotus acerca da cognição intuitiva. De acordo com Ockham, num trecho que imediatamente precede a passagem citada, a perspectiva escotista injustificadamente restringe o poder causal que se há de atribuir às cognições intuitivas. Tal poder, com efeito, ver-se-ia determinado por Scotus unicamente com base em cognições intuitivas naturalmente produzidas, pois apenas nesse âmbito poder-se-ia afirmar, como aquele o faz, que cognições intuitivas causam juízos existenciais positivos que dizem respeito ao que está presente e existe na medida em que está presente e existe.⁵ Ockham, no entanto, leva também em consideração outras situações relativas à produção e/ou conservação de uma cognição intuitiva. Além do caso natural, em que tal cognição é causada e conservada em um sujeito pela presença de um objeto a uma distância apropriada, há de se ter em conta, segundo ele, todo o espectro das seguintes circunstâncias possíveis, decorrentes de um simultâneo apelo à doutrina da divina onipotência e da tese filosófica da real separabilidade entre os itens que primeiramente terminam uma intelecção, qual sejam, as cognições incomplexas e os objetos a que tais cognições se referem.⁶ Nesse contexto, temos, em primeiro lugar, o caso

esse quando est, et non esse quando non est. Sed cognitio abstractiva est illa per quam non iudicamus rem quando est esse et quando non est non esse”.

4 O dossiê de textos sobre a *cognitio intuitiva* em Ockham encontra-se já de há muito bem estabelecido. Para uma útil coleção de tais textos cf. d’Ockham 2005, que também colige uma proveitosa bibliografia-padrão sobre o tema. Tal lista, contudo, deve atualizar, acrescentando pelo menos dois trabalhos: Pich 2009 e Panaccio e Piché 2010.

5 Cf. Guillelmus de Ockham 1981, 259 [Rep. II, q. 12-13]:“(…) *differentiae quas dat Ioannes inter cognitionem intuitivam et abstractivam, quod ‘cognitio intuitiva est praesentis et existentis ut praesens et existens est’, intelligitur de cognitione intuitiva naturaliter causata”.*

6 A primeira tese foi vista desde sempre como um princípio do pensamento ockhamiano. Ela encabeça, por exemplo, o *Tractatus de principiis theologiae*, atribuído a Ockham e que, apesar de provavelmente espúrio, oferece tanto em seu estilo quanto em seu conteúdo uma assaz confiável exposição da filosofia do *Venerabilis Inceptor* (cf. Guillelmus de Ockham 1988). A segunda tese é adiantada, por exemplo, já em conexão com a

da cognição intuitiva naturalmente causada, mas sobrenaturalmente conservada. Por exemplo, uma árvore que, à minha frente, causa em mim uma cognição intuitiva, mas que é em seguida natural ou sobrenaturalmente aniquilada, ocorrendo, não obstante, a sobrenatural conservação daquela cognição. Em seguida, o caso da cognição intuitiva de um objeto existente, mas situado fora do âmbito no qual ele poderia causar em mim uma cognição intuitiva. Nesse sentido, Ockham, escrevendo em Oxford, fala da cognição de algo que existe em Roma. E, por fim, o caso mais radical, o da cognição intuitiva sobrenaturalmente causada e conservada de um objeto inexistente.⁷

Claro também está que em todos esses casos à cognição intuitiva se associa um certo poder causal, pelo qual se vem a saber “que uma coisa existe quando existe, e que não existe quando não existe”. Assim, tanto pela cognição intuitiva naturalmente causada e conservada, quanto pela cognição intuitiva sobrenaturalmente causada e conservada de um objeto existente mas posicionado para além do raio de uma possível ação sobre um sujeito, o que resulta, no fim das contas, é um juízo verdadeiro de existência, que pode ter a forma de um juízo de segundo adjacente ou de um juízo contingente de terceiro adjacente ao qual se conecta um importe existencial. Analogamente, tanto pela cognição intuitiva naturalmente causada e sobrenaturalmente conservada de um objeto entrementes aniquilado, quanto, enfim, pela cognição intuitiva sobrenaturalmente causada e conservada de um objeto inexistente resulta um juízo verdadeiro de inexistência. Esta é a posição ockhamiana e quanto a isso não há dissenso. O problema está em encontrar uma doutrina unificada que justifique tais asserções.⁸

Nas quatro situações apresentadas cabe à cognição intuitiva um certo poder causal que

primeira, na famosa questão de abertura do prólogo da *Ordinatio*. Cf. Guillelmus de Ockham 1967, 39 [Ord. prol., q. 1]: “(...) *omnis res absoluta, distincta loco e subiecto ab alia re absoluta, potest per divinam potentiam absolutam existere sine illa* (...). *Sed visio intuitiva, tam sensitiva quam intellectiva, est res absoluta, distincta loco et subiecto ad obiecto. Sicut si videam intuitive stellam existentem in caelo, illa visio intuitiva, sive sensitiva sive intellectiva, distinguitur loco et subiecto ab obiecto viso*”.

7 Cf. Guillelmus de Ockham 1981, 259-260 [Rep. II, q. 12-13].

8 Um outro caminho, recentemente trilhado por Perini-Santos 2005, consiste em minar o próprio projeto que busca uma doutrina que unifique e justifique a compreensão ockhamiana de *notitia intuitiva*. Nessa perspectiva, Ockham teria, por meio de uma “definição estipulativa”, decidido “que por ‘*notitia intuitiva*’ serão designadas *notitiae* causadas naturalmente e sobrenaturalmente” (Ibid, 448).

tem por efeito um certo saber. Tal saber, porém, por mais que no contexto das questões sob análise esteja associado ao mesmo verbo, *cognoscere*, pelo qual se faz referência à cognição intuitiva ela mesma, é de natureza bastante distinta desta. Trata-se nesse passo subsequente do conhecimento de um complexo proposicional acerca do qual se exige a constituição de uma correspondente atitude proposicional: assentimento, dissentimento ou suspensão do juízo. Por detrás desse caminho, que vai da cognição intuitiva à formação de uma proposição e, enfim, à elaboração de uma atitude proposicional a seu respeito, encontra-se o atomismo semântico de Ockham,⁹ hoje reconhecido de forma praticamente irrestrita.¹⁰ Mas como de fato se constroem os elos de causalidade que vão da cognição intuitiva à apreensão de termos, passam então pela formação de complexo proposicionais, chegando, por fim, ao estabelecimento de uma atitude proposicional?

Começando pela primeira etapa, a pergunta a ser inicialmente feita acerca do poder causal das cognições intuitivas diz respeito à sua por assim dizer eficácia. De acordo com Ockham, tais cognições causam cognições abstrativas correspondentes, isto é, que dizem respeito a exatamente os mesmos itens intuitivamente apreendidos. Assim, o primeiro passo da corrente acima esboçada, o passo que vai da cognição intuitiva de algo à sua apreensão abstrativa primeira, isto é, não causada por nenhum *habitus* prévio, é motivado pela própria cognição intuitiva:

(...) possuindo uma cognição intuitiva de uma coisa possuo, ao mesmo tempo e imediatamente, uma cognição abstrativa da mesma coisa.¹¹

Mas que tipo de causalidade está aqui em jogo? Suficiente ou necessária? Próxima ou remota? Total ou parcial? Sobre o problema, Ockham afirma o seguinte: “o objeto, o intelecto e a cognição intuitiva são necessários como causa parcial da <cognição abstrativa que sempre acompanha a intuitiva>”,¹² o que é confirmado numa questão ulterior, na qual é dito que

9 Cf. Guillelmus de Ockham 1967, 16 [Ord. prol., q. 1].

10 Cf. Panaccio 1984, *pace* de Andrés 1969 e Loux 1979.

11 Guillelmus de Ockham 1981, 261 [Rep. II.12-13]:“(...) *stante cognitione intuitiva alicuius rei, habeo simul et semel cognitionem abstractiva eiusdem rei.*”

12 Guillelmus de Ockham 1981, 277 [Rep. II, q. 12-13]:“(...) *ad illam <sc. notitia abstractiva quae semper consequitur intuitivam> requiritur obiectum et intellectus et cognitio intuitiva tamquam causae partiales.*”

“no que respeita a esta <cognição abstrativa que existe com a intuitiva>, tanto a coisa exterior quanto a cognição intuitiva são causas parciais com o intelecto”.¹³ Trata-se, portanto, de uma causalidade parcial: objeto e intelecto (e também uma apropriada compleição do corpo)¹⁴ têm também um papel a cumprir. E isso pelo menos no que diz respeito a casos naturais de conhecimento intuitivo, pois é difícil perceber – e Ockham bem o nota¹⁵ – como, nos outros casos, o objeto, inexistente ou existente mas incapaz de atuar sobre um sujeito, poderia atuar como causa eficiente sobre a cognição abstrativa deste.¹⁶ Além disso, há um desnível entre, por um lado, o intelecto – e, às vezes, a coisa – e, por outro, a cognição intuitiva. Enquanto os primeiros atuariam como causas remotas da cognição abstrativa que vem a ser gerada, a última atua como causa próxima daquele efeito.¹⁷ Por fim, vale salientar que o discurso de Ockham não implica em que toda cognição abstrativa incompleta seja efeito de uma cognição intuitiva precedente. De fato, posso apreender um termo abstrativamente por meio de um testemunho, por exemplo, e posso, com base em cognições assim adquiridas, formar sentenças categóricas e a elas dar ou negar meu assentimento.

Desse quadro resulta que em nenhum dos quatro casos anteriormente apresentados a cognição intuitiva desempenharia o papel de causa suficiente do assentimento ou do dissentimento a uma proposição. Mas o que se requereria como base causal para tais atitudes proposicionais? A resposta parece simples quanto ao caso puramente natural. No caso da cognição intuitiva naturalmente causada e conservada, poderíamos dizer que é a concorrência de cognição intuitiva (efeito do encontro entre objeto e intelecto) e daquela cognição abstrativa produzida pela intuitiva que compõe a causa suficiente para o assentimento ao juízo positivo acerca da existência do objeto. Já os casos que se guiam pelo âmbito do logicamente admissível, nos quais entram em cena estados de coisa *de potentia absoluta*, são mais difíceis de delimitar. Menos desafiante é o caso da cognição intuitiva de um objeto existente, mas situado fora do raio no qual

13 Guillelmus de Ockham 1981, 316 [Rep. II, q. 14]:“(...) *et respectu illius <sc. notita abstractiva existente cum intuitiva> est tam res extra quam cognitio intuitiva causa partialis cum intellectu.*”

14 Cf. Guillelmus de Ockham 1981, 333 [Rep. II, q. 14].

15 Cf. Guillelmus de Ockham 1981, 328 [Rep. II, q. 14].

16 Cf. Guillelmus de Ockham 1967, 38 [Ord. prol., q. 1].

17 Cf. Guillelmus de Ockham 1981, 334 [Rep. II, q. 14].

poderia causar no sujeito uma cognição intuitiva. A essa situação poderíamos aplicar o que se dizia sobre o caso natural: a concorrência de cognição intuitiva e daquela cognição abstrativa produzida pela intuitiva compõe a causa suficiente para o assentimento ao juízo positivo acerca da existência do objeto. Não haveria discrepâncias aqui: nos dois casos as mesmas causas gerariam os mesmos efeitos, por mais surpreendente que estes numa certa situação o fossem.¹⁸

Quanto aos casos restantes, no entanto, o texto da *Reportatio* não parece fornecer uma resposta satisfatória. Em ambos os casos, tanto no de causação e conservação sobrenatural de uma cognição intuitiva de um objeto inexistente, quanto no de causação natural e conservação sobrenatural de uma cognição de mesmo tipo, os elementos aos quais aparentemente se pode atribuir a capacidade de causar o assentimento a um juízo existencial negativo se restringem à cognição intuitiva e à cognição abstrativa por ela causada. Ora, essa base causal em nada se distingue daquela sobre a qual, nos casos anteriores, se erguiam juízos existenciais afirmativos. Teríamos de admitir, assim, comparando os casos, que causas idênticas gerariam efeitos contraditórios?

Analisemos mais de perto o texto de Ockham, na esperança de identificar algum elemento causal suplementar que possa diferenciar o esquema de causalidade em jogo nos dois últimos casos em comparação com os anteriores. Eis o trecho que se refere à cognição intuitiva sobrenaturalmente causada e conservada de um objeto inexistente:

(...) se Deus causa em mim a cognição intuitiva de algum objeto inexistente e conserva em mim tal cognição, posso, mediante tal cognição, afirmar que a coisa não existe, pois, vendo aquela coisa intuitivamente e tendo formado este complexo “o objeto não existe”, imediatamente o intelecto, graças à cognição intuitiva, assente a esse complexo e dissente de seu oposto.¹⁹

18 Noutros termos, admite-se que pela *notitia intuitiva* que *de potentia absoluta* posso ter agora, no Rio de Janeiro, do Taj Mahal, posso assentir à proposição “O Taj Mahal existe” e que, além disso, as bases de tal assentimento em nada difeririam daquelas por meio das quais eu assentiria à mesma proposição caso tivesse o famoso mausoléu à minha frente.

19 Guillelmus de Ockham 1981, 260 [Rep. II, q. 12-13]: “(...) *si Deus causet in me cognitionem intuitivam de aliquo obiecto non existente et conservet illam cognitionem in me, possum ego mediante illa cognitionem iudicare rem non esse, quia videndo illam rem intuitive et formato hoc complexo ‘hoc obiectum non est’, statim intellectus virtute cognitionis intuitivae assentit huic complexo et dissentit suo opposito*”.

Ockham claramente atribui à cognição intuitiva um papel causal no processo que leva ao juízo existencial negativo. É, a saber, mediante a cognição intuitiva (*mediante illa*) que afirmo que a coisa não existe ou é graças àquela cognição (*virtute cognitionis intuitivae*) que assinto àquele juízo. Tal poder – admite-se em seguida – tem de ser o de uma causa parcial.²⁰ Mas Ockham simplesmente não diz quais são as outras causas em jogo. Certamente, também em cena se encontra a cognição abstrativa daquele objeto inexistente que foi intuitivamente apreendido. Mas o recurso a tal cognição adicional não basta para que se esclareça por que o efeito a que se chega é o de um juízo existencial *negativo*.

Por fim, com relação ao caso restante, o da cognição intuitiva naturalmente causada e, tendo seu objeto deixado de existir, sobrenaturalmente conservada, é afirmado:

(...) se, de início, uma cognição intuitiva de algum objeto é causada naturalmente e se, em seguida, tendo sido o objeto destruído, Deus conserva a cognição intuitiva anteriormente causada (...), nesse caso deve-se dizer o mesmo que <se diria> se tal cognição fosse sobrenaturalmente causada.²¹

Numa palavra, o último caso é subsumido ao anterior. E isso parece fazer sentido, pois, ao fim e ao cabo, vemos atuando em ambas as situações os mesmos tipos de elementos: cognições intuitivas e cognições abstrativas correspondentes. Nada surpreende, pois, supondo uma cláusula *ceteris paribus*, que os efeitos de ambas as circunstâncias sejam os mesmos, a saber, juízos existenciais negativos.

Gostaria de salientar que minha dificuldade no contexto em pauta não decorre de nenhuma suposta tentativa de encontrar em meio à teoria ockhamiana do conhecimento pontos de apoio internalistas – mesmo que a utilização, no texto da *Reportatio*, de um vocabulário da percepção (por exemplo, “*illud quod intueor et video*” ou “*si videam intuitive corpus*” ou, ainda, “*perfecta cognitio intuitiva est (...) cognitio experimentalis*”) dê certo alento a uma tal empreitada. Não se

20 Guillelmus de Ockham 1981, 260 [Rep. II, q. 12-13]: “(...) *illa cognitio intuitiva est causa partialis illius assensus*”.

21 Guillelmus de Ockham 1981, 260 [Rep. II, q. 12-13]: “(...) *si primo de aliquo obiecto causetur cognitio intuitiva naturaliter, et post ipso obiecto destructo Deus conservet intuitivam prius causatam (...). Tunc est idem dicendum hic per omnia sicut si illa cognitio esset supernaturaliter causata.*”

trata, reconheço, de querer justificar, sem apelo ao mundo, *como* uma certa proposição vem a se mostrar necessariamente merecedora de meu assentimento ou dissentimento. Não é o caso, enfim, de se pretender ver numa presumida *consciência* do caráter intuitivo de uma cognição a base sobre a qual o juízo existencial, positivo ou negativo, é produzido e o sujeito e a ele assente.²²

Não obstante, Ockham não parece em momento algum ter colocado em questão que – falando um pouco anacronisticamente – o caminho de construção do conhecimento como um todo, da intuição ao assentimento ou dissentimento, esteja submetido ao princípio de razão suficiente. Noutras palavras, por mais que o sujeito não seja capaz de perceber, segundo a ordem das razões, o aspecto causal da cognição intuitiva antes do assentimento ou dissentimento, o fato é que tal aspecto causal existe e atua na construção da atitude proposicional. E, nesse sentido, tal papel causal deve poder ser objetivamente descrito. Ockham, porém, como vimos, não oferece na *Reportatio* subsídios suficientes para distinguirmos entre as causas dos juízos proferidos nos casos naturais e nos sobrenaturais, pois a demarcação oferecida sobre tais casos se recobre e não parece plausível, nem se tem indício de que Ockham pense de outro modo, aceitar que causas idênticas, identicamente dispostas, causem efeitos contraditórios.

Quando passamos ao texto da *Ordinatio*, que remete ao ano de 1318, nos deparamos com o desenvolvimento de importantes aspectos da teoria da cognição intuitiva como, por exemplo, a sua já aludida inscrição num quadro epistêmico mais largo e regido por um claro atomismo semântico e a sua estreita relação com a faceta intelectual da natureza humana ou, em outros termos, com a justificação, em oposição sobretudo à descrição do conhecimento oferecida por Tomás de Aquino, da necessidade de se admitir cognições intuitivas de caráter puramente intelectual. Nesse contexto é também sublinhado o papel das cognições intuitivas sensitivas enquanto itens necessários para a posse das intuitivas intelectivas, sobre as quais anteriormente se tratara, relação esta restrita, no entanto, ao âmbito natural.²³ Além disso, a diferença entre as

22 Nesse sentido, deve-se dar razão a Adams (1987, 592) e aceitar que: "(...) não será possível para alguém usar a sua certeza de que uma cognição de um objeto físico é intuitiva como uma base para a sua certeza de algum juízo sobre o mundo físico é evidente e que, por isso, algum estado de coisas independente da mente é o caso. Pois o último será epistemologicamente anterior que o primeiro, e não vice-versa."

23 Cf. Guillelmus de Ockham 1967, 27 [Ord. prol., q. 1].

posições ockhamiana e escotista sobre as cognições intuitivas é mais bem delimitada no texto posterior,²⁴ devendo-se salientar nesse contexto a ousada rejeição, ponto a ponto, da possibilidade de em todos os casos se aplicar à relação entre objeto e cognição intuitiva os tradicionais esquemas aristotélicos de causalidade: eficiente, material, formal ou final.²⁵ Rejeitado o caráter absoluto de tais esquemas, objeto e cognição intuitiva não podem senão ser tomados como coisas absolutas, que ao menos pela onipotência divina, ou desde a perspectiva aberta pelo domínio do logicamente possível, podem existir uma na ausência da outra.²⁶

No que concerne à descrição dos poderes causais das cognições intuitivas, a *Ordinatio* apresenta pelo menos dois importantes esclarecimentos. Eles se dão sobretudo no contexto de *dubitationes* levantadas contra a posição ockhamiana. Discutindo-as numa ordem sistemática, que não segue a sequência textual, dedico-me primeiramente ao sétimo *dubium* da questão inaugural da *Ordinatio* ockhamiana.

Nesse *dubium*, diretamente relacionado à delimitação das causas que levam ao juízo verdadeiro que sucede à cognição intuitiva de um objeto inexistente, é perguntado: “o que causa aquele juízo pelo qual o intelecto julga que a coisa não existe quando ela não existe?”²⁷ Três opções são analisadas: pela potência intelectual apenas, pela cognição intuitiva da coisa ou, enfim, pela coisa intuitivamente conhecida. Mas nenhuma das alternativas parece sustentável. Contra a primeira indica-se que a potência intelectual permanece a mesma seja o correlato da cognição intuitiva algo existente ou algo inexistente. Ora, tais casos geram juízos contraditórios. Nada, porém, que permanece o mesmo em duas situações idênticas pode ser responsável pela particularidade do efeito especificamente produzido numa delas. Contra a segunda hipótese, visto que também a cognição intuitiva permanece a mesma independentemente da existência de seu correlato, faz-se uso, *mutatis mutandis*, do argumento já aplicado. Por fim, a terceira opção é descartada por implicar na absurda atribuição de um poder causal a um objeto inexistente.

24 Cf. Guillelmus de Ockham 1967, 33ss. [*Ord. prol.*, q. 1].

25 Cf. Guillelmus de Ockham 1967, 35 [*Ord. prol.*, q. 1].

26 Cf. Guillelmus de Ockham 1967, 38s. [*Ord. prol.*, q. 1].

27 Cf. Guillelmus de Ockham 1967, 56. [*Ord. prol.*, q. 1]: “*a quo causatur illud iudicium quo intellectus iudicat rem non esse quando non est?*”

Em sua resposta, Ockham opta pela segunda opção apresentada: “quando é perguntado o que causa aquele juízo <de que a coisa não existe>, pode-se dizer que ele pode ser causado pela cognição intuitiva da coisa”.²⁸ Resta, porém, escapar à objeção que contra tal alternativa se levantara. Com respeito a isso, a estratégia consiste em apontar que não é o caso que nas situações em pauta – quais sejam: na cognição intuitiva de um objeto existente e no mesmo tipo de cognição de um objeto inexistente – estejamos diante do mesmo conjunto de causas. De fato, é claro que na primeira situação há um elemento a mais: o próprio objeto. E é a presença ou ausência desse elemento que produz a diferença na geração do juízo:

“(…) a cognição intuitiva de uma coisa e essa própria coisa causam o juízo de que a coisa existe, quando, porém, a própria coisa não existe, então a própria cognição, sem aquela coisa, causará o juízo oposto”.²⁹

Temos aqui uma descrição do poder causal de cognições intuitivas capaz de esclarecer as dúvidas para as quais o texto da *Reportatio* parecia não ter respostas. Havíamos visto que Ockham não hesitava em atribuir ao objeto, no caso regido de *potentia ordinata*, um papel causal na construção do juízo existencial. Mas ficara claro que tal poder era o de uma causa próxima da cognição intuitiva. Agora, porém, ao objeto é atribuído um poder causal suplementar: ele continua a ser causa natural eficiente da cognição intuitiva que lhe corresponde, mas a isso se acrescenta uma atuação posterior e diretamente relacionada ao juízo que ao fim e ao cabo se engendra. Assim se consegue, crê Ockham, demarcar as diferenças entre as distintas situações em que podem se dar cognições intuitivas: por um lado, objetos naturalmente causam cognições intuitivas e em seguida atuam em conjunto com estas na produção de juízos existenciais, que nesses casos são positivos; por outro, cognições intuitivas podem existir de *potentia absoluta* mesmo na ausência de seus objetos, e nesses casos, dada a falta de um objeto a atuar junto com a cognição na formação de juízos, estes coerentemente se distinguem dos primeiros, ou seja, são negativos.

28 Cf. Guillelmus de Ockham 1967, 70 [Ord. prol., q. 1]:“(…) *quando queritur a quo causabitur illud iudicium, potest dici quod potest causari a notitia intuitiva rei.*”

29 Cf. Guillelmus de Ockham 1967, 71 [Ord. prol., q. 1]:“(…) *notitia intuitiva rei et ipsa res causant iudicium quod res est, quando autem ipsa res non est tunc ipsa notitia intuitiva sine illa re causabit oppositum iudicium.*”

Por meio dessa explicação Ockham provê um quadro coerente dos poderes causais relacionados às cognições intuitivas. Além disso, tal esclarecimento parece corresponder à sua palavra final. Nos *Quodlibeta*, que remetem ao período entre 1322 e 1325, encontramos novamente tal doutrina quando do aclaramento, na discussão com Walter Chatton (ca. 1285-1344), da diferença entre cognições intuitivas e abstrativas.³⁰ Todavia, é preciso confessar que da explanação proposta resultam pelo menos um corolário aparentemente surpreendente e o desejo de se ter visto um passo da aludida cadeia causal descrito de modo mais metuculoso.

O corolário surpreendente da explicação ockhamiana consiste na tese de que, por si só, na ausência do objeto que lhe corresponde, o poder causal de cognições intuitivas se associa a juízos existenciais negativos. Nesse sentido, cognições intuitivas seriam tais que por meio das quais o sujeito forma e assente a crenças verdadeiras acerca da inexistência de determinados objetos. Poder-se-ia, inclusive, oferecer uma reescrita, talvez mais precisa, ainda que nunca por Ockham apresentada, da fórmula geral da distinção entre cognições intuitivas e abstrativas: em existindo apenas aquelas saberíamos acerca de um objeto inexistente que ele não existe, por meio destas não saberíamos nem isso nem o contrário. Ao apresentar uma formulação onde se afirma que cognições intuitivas permitem saber “que uma coisa existe quando existe, e que não existe quando não existe”, Ockham não estaria deixando claro – ainda que se possa sem mais afirmar ter ele, pelo menos em escritos mais maduros, a perfeita consciência disso – que o conjunto de causas em jogo no estabelecimento de cada uma daquelas situações é distinto: num caso há intuição e objeto, noutra apenas intuição.

Quanto ao passo insuficientemente descrito, ele diz respeito à atuação do objeto sobre a cognição por ele mesmo causada. Com efeito, nos casos de cognições intuitivas de coisas existentes, recordemos, o objeto é causa da intuição e, em seguida, coopera com a cognição intuitiva para a produção do juízo existencial positivo. O funcionamento dessa cooperação, porém, permanece assaz misterioso. De fato, é difícil perceber como poderia ocorrer o que aqui parece exigido, a saber, uma atuação do objeto sobre o sujeito que não resulta numa cognição intuitiva. Noutros termos, é difícil entender como a relação entre o objeto existente e a cognição intuitiva por ele mesmo causada poderia se dar sem que um terceiro item fosse gerado, que não seria senão uma nova cognição intuitiva, que, não obstante, por sua própria constituição, como

30 Cf. Guillelmus de Ockham 1980, 496, 498 [*Quodl.* V, q. 5].

vimos, em nada contribui para a formação de um juízo *positivo*. Creio que em vão se busca na obra ockhamiana uma solução a esse problema. E se é verdade que isso não torna a explicação ockhamiana incoerente, ao menos um quinhão de plausibilidade lhe é retirada.

Quanto ao outro *dubium* que gostaria de explorar, o sexto na ordem do texto da *Ordinatio*, ele diz respeito ao modo como as cognições intuitivas se distinguem dos juízos pelos quais ocorre o assentimento à existência ou inexistência de algo. Trata-se de determinar se aquela distinção é ou não uma distinção real. Relevantes no contexto são, sobretudo, argumentos formulados contra a resposta positiva. Com efeito, duas consequências indesejadas parecem se seguir da aceitação de uma distinção real entre cognições intuitivas e juízos existenciais. Eis a primeira:

(...) uma vez que a cognição é anterior ao juízo, se seguiria que, pela potência divina, aquela poderia ser produzida sem este, de modo que alguém poderia ver intuitivamente, mesmo perfeitamente, uma coisa que existe e todavia não saber se a coisa existe ou não.³¹

Em segundo lugar, passando da suspensão do juízo ao dissentimento, ao se ter por base a separabilidade implicada na compreensão ockhamiana das distinções reais, se seguiria que “alguém poderia ver perfeitamente, de modo intuitivo, uma coisa existente e no entanto julgar que a coisa não existe”.³²

O que o adversário de Ockham busca mostrar com tais argumentos é que, na verdade, não haveria fortes laços de causalidade entre cognições intuitivas e juízos. Tratando-se de realidades distintas, tais elementos estariam um para o outro numa situação análoga à que, segundo Ockham, subsiste entre uma cognição intuitiva e um objeto.

Pode parecer estranho que Ockham, tendo pautado seu discurso acerca da cognição intuitiva no papel causal desse tipo de apreensão, se renda aos argumentos apresentados. Mas é justamente o que ele faz. Ele aceita, com efeito, que “uma cognição intuitiva pode ser produzida

31 Guillelmus de Ockham 1967, 55 [Ord. prol., q. 1]: “(...) *cum notitia sit prior illo iudicio, sequeretur quod posset fieri per divinam potentiam sine eo, et ita posset aliquis intuitive videre rem existente etiam perfecte et tamen ignorare an res esset vel non*”.

32 Guillelmus de Ockham 1967, 55s. [Ord. prol., q. 1]: “(...) *aliquis posset intuitive videre perfecte rem existentem et tamen iudicare rem non esse*”.

sem o julgamento que a acompanha³³ e que uma cognição intuitiva só leva a um saber sobre a existência de um objeto quando Deus não impede que tal causação se estabeleça. Ao ter de escolher entre separabilidade e causalidade, Ockham claramente opta pela primeira em detrimento da segunda.

A resposta de Ockham ao sexto *dubium* traz um resultado a que até então não se havia aludido. Trata-se do esclarecimento da relação entre os mecanismos causais da ordem natural e o que delimita a ordem do possível *de potentia absoluta*. Já no texto da *Reportatio*, Ockham não hesitava em caracterizar certos estados de coisa relacionados à sua descrição das cognições intuitivas como passíveis de ser o caso apenas sobrenaturalmente. Mas mesmo a essa cognição intuitiva *sui generis*, porque sobrenaturalmente causada e/ou conservada, era atribuído um poder causal: o de, sozinha, gerar juízos existenciais negativos, e o de gerar o juízo oposto quando acompanhada de um objeto existente. Agora, porém, percebe-se que tal causalidade, mesmo que associada a um item de origem sobrenatural, é aceita apenas desde o registro de uma regularidade natural. Nesse sentido, mesmo a causalidade associada à disposição de um item sobrenatural, que veio a ser *de potentia absoluta*, não se impõe desde o registro dessa *potentia absoluta*. Creio que tal ponto, por mais modesto que pareça, tem de ser levado em consideração numa tentativa de descrição completa dos poderes causais de cognições intuitivas. Por mais que Ockham sempre as caracterize por meio de seus poderes causais, tais poderem não ocorrem senão *de potentia ordinata*. Mesmo os poderes causais de um milagre estão subsumidos, no ockhamismo, a limites que não apenas recortam um espaço dentro do plano maior do que se dá “na maioria das vezes”,³⁴ mas que enxergam o próprio âmbito do que ocorre *ut in pluribus* como uma mera parcela da esfera, essa sim a pura e simplesmente mais extensa, do logicamente possível.

Ao fim de nosso caminho vale ensaiar algumas conclusões, tendo-se sobretudo em mente que a teoria ockhamiana da cognição intuitiva já foi tida como incoerente por mais de um leitor.³⁵ Por outros, no entanto, ela foi vista como uma espécie de ponto de Arquimedes onde se

33 Guillelmus de Ockham 1967, 70 [*Ord. prol.*, q. 1].

34 Retomando o *epi to poly* aristotélico (cf., *APr* I.3.25b14-19, I.13.32b7-7, *Met.* VI.2.1026b1ss.).

35 Cf. Gualterus de Chatton, 1989, 98-104 [*Rep.* I, prol., q. 2, a. 3].

entrecruzariam verdade e evidência no estabelecimento de um caminho seguro para a construção do conhecimento.³⁶

Começando por essa última leitura, creio que pelo caminho aqui trilhado pode-se concluir pela sua improcedência. Aquela interpretação, com efeito, opera com base na tese de que o sujeito deve ser capaz de, por introspecção, saber que tipo de cognição ele possui acerca de um objeto. Conhecendo isso ele saberia, nos casos em que tivesse a certeza de possuir uma cognição intuitiva do objeto, que o juízo de existência que com base naquela cognição naturalmente se formasse, e ao qual ele naturalmente aderisse, seria verdadeiro. Mas é incerto que o sujeito tenha uma tal clareza acerca de suas apreensões de incomplexos e de suas atitudes proposicionais. O fato é que, como vimos, ele pode ter uma cognição intuitiva de determinado tipo e, no fim das contas, julgar erroneamente – mesmo que a base para tal juízo não venha a ser aquela cognição. Com efeito, é apenas quando o ponto de vista desde o qual se avalia um juízo deixa o âmbito das certezas internas a um sujeito e passa a um ponto de referência que lhe é externo, pelo qual se pode saber acerca da situação do mundo e do valor de verdade da proposição à qual, ao fim e ao cabo, o sujeito dá seu assentimento, que é possível, em uma série de casos, deduzir a qualidade, intuitiva ou abstrativa, da cognição de objetos que esteve em curso no âmbito de um sujeito. O problema é que não temos como, com relação a nós mesmos, alcançar tal ponto de vista.³⁷

Seja como for, nada disso torna a teoria ockhamiana inconsistente. Se é bem verdade que o texto da *Reportatio* deixa lacunas, os textos posteriores são capazes de preenchê-las de modo coerente, deixando claro que em momento algum Ockham teve em mente pôr em xeque a ideia de uma relação determinista entre causas e efeitos no âmbito da natureza, ou seja, que ele nunca teve em mente defender que causas idênticas, identicamente dispostas, geram efeitos contraditórios. Para isso, porém, ele teve de conectar, na *Ordinatio*, a noção de cognição intuitiva à de formação de juízos de inexistência. Passo ousado, sem dúvida, ao menos se se busca respeitar a tradição de uso do termo *intuitio* e de seus correlatos. Mas quanto a isso Ockham provavelmente limitar-se-ia a nos lembrar o caráter arbitrário dos termos falados e escritos.

36 Cf. Boehner 1943.

37 Dúvidas sobre o externalismo ockhamiano foram recentemente levantadas por Brower-Toland 2007 e respondidas por Panaccio 2010.

Referências bibliográficas

- Adams, Marylin M. 1987. *William Ockham*, 2 vols., Notre Dame, University of Notre Dame Press.
- Boehner, Philotheus. 1943. "The notitia intuitiva of non-existents according to William of Ockham". *Traditio* 1, 223-275.
- Brower-Toland, Susan. 2007. "Intuition, externalism, and direct reference in Ockham". *History of Philosophy Quarterly* 24, 317-335.
- Courtenay, William J. 2008. *Ockham and Ockhamism. Studies in the Dissemination and Impact of his Thought*, Leiden/Boston: Brill.
- d'Ockham, Guillaume. 2005. *Intuition et abstraction. Textes introduits, traduits et annotés par David Piché*, Paris: Vrin.
- Day, Sebastian J. 1947. *Intuitive cognition: a key to the significance of the later scholastics*, St. Bonaventure, N.Y.: The Franciscan Institute.
- De Andrés, Teodoro. 1969. *El nominalismo de Guilelmo de Ockham como filosofia del lenguaje*, Madrid: Gredos.
- Gualterus de Chatton. 1989. *Reportatio et lectura super Sententias*, Toronto: Pontifical Institute of Medieval Studies.
- Guillelmus de Ockham. 1967. *Scriptum in librum primum Sententiarum: prologus et distinctio prima*, St. Bonaventure, N.Y.: The Franciscan Institute.
- Guillelmus de Ockham. 1980. *Quodlibeta septem*, St. Bonaventure, N.Y.: The Franciscan Institute.
- Guillelmus de Ockham. 1981. *Quaestiones in librum secundum Sententiarum (Reportatio)*, St. Bonaventure, N.Y.: The Franciscan Institute.
- Guillelmus de Ockham. 1988. *Tractatus de principiis theologiae*. In: Guillelmus de Ockham. *Opera dubia et spura Venerabili Inceptoru Guillelmo de Ockham adscripta*, St. Bonaventure, N.Y.: The Franciscan Institute, 506-639.
- Hause, Jeffrey (ed.). 2014. *Debates in Medieval Philosophy. Essential Readings and Contemporary Responses*, New York/London: Routledge.
- Johannes Duns Scotus. 1982. *Lectura in librum secundum Sententiarum: a distinctione prima ad sextam*, Civitas Vaticana: Typ. Polyglottis Vaticanis.

- Karger, Elizabeth. 2004. "Ockham and Wodeham on Divine Deception as a Skeptical Hypothesis". *Vivarium* 42.2, 225-236.
- Loux, Michael. 1979. "Significatio and Suppositio. Reflections on Ockham's semantics". *The New Scholasticism* 53, 407-427.
- Panaccio, Claude e Piché, David. 2010. "Ockham's realibilism and the intuition of non-existents". In: Lagerlund, Hendrik (ed.). *Rethinking the History of Skepticism. The Missing Medieval Background*, Leiden/Boston: Brill.
- Panaccio, Claude. 1984. "Propositionalism and atomism in Ockham's semantics". *Franciscan Studies* 44, 61-70.
- Panaccio, Claude. 2010. "Intuition and Causality: Ockham's Externalism Revisited". *Quaestio* 10, 241-253.
- Perini-Santos, Ernesto. 2005. "Existe uma resposta ockhamiana (ou não ockhamiana) ao ceticismo?". *Cadernos de História e Filosofia da Ciência* 3.15.2, 435-456.
- Pich, Roberto H. 2009. "Ockham, notícia intuitiva e evidência: notas críticas". *Mediaevalia (Porto)* 28, 1-25.
- Tachau, Katherine H. 1988. *Vision and Certitude in the Age of Ockham. Optics, Epistemology, and the Foundations of Semantics*, Leiden et al.: E.J. Brill.
- Wolter, Allan B. 1990. "Duns Scotus on Intuition, Memory, and Our Knowledge of Individuals" in: Wolter, Allan. *The Philosophical Theology of John Duns Scotus*, Ithaca/London: Cornell University Press, 98-122.

RESUMO

No presente artigo eu gostaria de, em grandes linhas e seguindo os dados que compõem a cronologia-padrão dos escritos ockhamianos, recuperar algumas camadas da redescritção dos poderes causais associados à noção de *cognitio intuitiva operada pelo Venerabilis Inceptor*. O que anima uma tal empreitada é a hipótese de que há nuances tão sutis quanto decisivas nas formulações oferecidas por Ockham sobre o poder causal da *cognitio intuitiva* que, se claramente identificadas, podem prover elementos para uma interpretação acurada do sentido e, sobretudo, dos motivos da posição madura de Ockham sobre o tema – posição à qual as gerações posteriores aderiram ou, mais frequentemente, como sabemos, reagiram.

Palavras-chave *intuição, abstração, causalidade, externalismo, Guilherme de Ockham.*

ABSTRACT

*In the present paper, I would like, with broad strokes and following information that constitutes the standard chronology of Ockham's writings, to recover some layers of the re-description of the causal powers associated with the notion of *cognitio intuitiva* suggested by the *Venerabilis Inceptor*. What animates this undertaking is that there are nuances, both subtle and decisive, in the formulations offered by Ockham regarding the causal power of the *cognitio intuitiva*, and that through visualization of these details we may arrive at a more accurate understanding of the mature position of Ockham on the subject – that position held by, or more frequently criticized by later generations.*

Keywords *intuition, abstraction, causality, externalism, William of Ockham.*